



MPV 1057
00045

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLV nº 23, de 2021, proveniente da MPV nº 1.057, de 2021)

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.057, de 6 de julho de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 7º** Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deduzido de ofício dos débitos para com a Fazenda Nacional ou ressarcido em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal às instituições de que trata o art. 2º que solicitarem o ressarcimento de crédito presumido de que trata o art. 5º desta Lei nas hipóteses em que a dedução ou o ressarcimento for obtido com falsidade no pedido por elas apresentado, sem prejuízo da devolução do valor deduzido ou ressarcido indevidamente e das sanções cíveis e penais cabíveis pela falsidade apresentada.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MPV) nº 1.057, de 2021, institui o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), direcionado a micro e pequenas empresas, ao microempreendedor individual e ao produtor rural.

Os valores dos créditos concedidos no PEC poderão ser apurados como créditos presumidos de diferenças temporárias e poderão integrar a base de capital das instituições concedentes.

Para evitar desvios, o art. 7º prevê, corretamente, multa no caso de falsidade nos pedidos de crédito presumido.



SF/21517.70876-21

Com esta Emenda, acrescentamos pequena sugestão de redação, para deixar claro que as disposições trazidas neste art. 7º independem de outras sanções cíveis e penais cabíveis já positivadas no ordenamento jurídico em casos de falsidade.

Entendemos ser conveniente e necessária essa alteração, o que reforçará o instrumento trazido no mesmo art. 7º.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovar esta importante Emenda, eu não altera mérito da proposição, mas apenas deixa clara a implicância da conduta delitiva a outras sanções positivas em lei.

Sala das Sessões,

Senador LUIZ DO CARMO



SF/21517.70876-21